

Nota Técnica do Observatório do Clima sobre as emendas apresentadas à MP nº 1.308/2025 – Licenciamento Especial (LAE)

18/09/2025

Ementa: Dispõe sobre o licenciamento ambiental especial, visando à consecução eficiente e eficaz de atividades e empreendimentos estratégicos, nos termos que especifica.

Situação: Aguardando formação da Comissão Mista.

Versão atual: [original](#)

Emendas apresentadas: [link](#)

Relatoria: a definir

Prazo final deliberação: 06/10/2025 (prorrogável)

Síntese: A MP cria uma LAE monofásica, com prazos exíguos, limite de complementações, além de priorização política por decreto para “empreendimentos estratégicos”. O desenho fragiliza o crivo técnico, reduz o controle social e eleva o risco de judicialização, em afronta ao art. 225 da CF/88 e aos princípios de prevenção, precaução, publicidade e transparência. No período mapeado, foram apresentadas 833 emendas: 95 de avanço (11,4%), 670 de retrocesso (80,4%); 616 reintroduzem dispositivos vetados na Lei Geral do Licenciamento Ambiental - Lei nº 15.190/2025 (74%); e 31 são jabutis (3,7%), estranhos ao objeto da MP.¹

Brasília / DF – Setembro de 2025

¹ O total de retrocessos (670) é a soma de 616 emendas que reabrem dispositivos vetados, 31 “jabutis” e 23 outros retrocessos. Todos os percentuais referem-se ao universo de 833 emendas.

Assinam:



Articulação dos Povos Indígenas do Brasil



Conectas Direitos Humanos



Fundação Grupo Boticário



Greenpeace



Grupo de Trabalho Amazônico - GTA



Instituto Arayara



Instituto Clima de Política



Instituto ClimaInfo



Instituto da Mulher Negra - Geledés



Instituto de Estudos Socioeconômicos - Inesc



Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS



Instituto Socioambiental - ISA



Instituto Sociedade, População e Natureza



Instituto Talanoa



Nossas



Observatório do Clima - OC



Oceana



Painel Mar



Proteção Animal Mundial



SOS Mata Atlântica



Instituto de Direito Coletivo



SOS Pantanal



WWF-Brasil | World Wild Fund



Avaaz

Análise

A Política Nacional de Meio Ambiente ([PNMA](#)) pressupõe licenciamento proporcional ao porte e ao potencial de impacto, com encadeamento lógico das fases de Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO); e estudos ambientais robustos (quando couber EIA/RIMA), além de participação social efetiva. A LAE, como desenhada, desestrutura esse sistema ao substituir o rito adequado por tipologia e impacto por uma licença única e acelerada, com **lista de “empreendimentos estratégicos” definida politicamente e prioridade automática. Essa arquitetura contraria princípios constitucionais de prevenção, precaução, publicidade e transparência (art. 225, CF)**, e a jurisprudência do STF é contrária a flexibilizações que comprometam a proteção do meio ambiente e o controle social².

A Medida Provisória nº 1.308/2025 cria a Licença Ambiental Especial (LAE), um rito simplificado e monofásico, com prazos exíguos e priorização política por decreto para empreendimentos classificados como “estratégicos”. Ao condensar etapas e limitar complementações, a MP fragiliza a análise técnica, compromete a participação social e viola o direito à consulta prévia, livre e informada, gerando insegurança jurídica e risco de judicialização por violação ao art. 225 da Constituição Federal. **No período de 08 a 14/08/2025, foram apresentadas 833 emendas³. A amostra mapeada indica 95 emendas de avanço (11,4%), 670 de retrocesso (80,4%), das quais 616 retomam dispositivos previamente vetados (74%), além de 31 emendas “jabutis” (temas estranhos à MP), ou 3,7% do total.**

O Presidente da República vetou 63 dispositivos da recém-sancionada Lei Geral de Licenciamento Ambiental ([Lei nº 15.190/2025](#)), corrigindo alguns dos pontos mais nocivos aprovados pelo Congresso. Entre eles, o enfraquecimento da Lei da Mata Atlântica; a extensão da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) para empreendimentos de médio potencial poluidor, em contrariedade à jurisprudência do STF; a possibilidade de aplicação da LAC em caráter corretivo; a exclusão de terras indígenas não homologadas, territórios quilombolas não titulados e comunidades tradicionais do processo de licenciamento; e a transferência ampla e sem padronização de critérios para estados e municípios, gerando insegurança jurídica. As emendas apresentadas à MP nº 1.308/2025 reabrem muitos desses dispositivos, buscando reverter vetos presidenciais que foram essenciais para resguardar direitos constitucionais e a proteção socioambiental.

O conjunto de 833 emendas reforça dois movimentos opostos. De um lado, bancadas comprometidas com a integridade do licenciamento propõem a restauração do trifásico para a maioria dos empreendimentos de significativo impacto, prazos compatíveis (até 36 meses, com suspensão para complementação e possibilidade de prorrogação), salvaguardas socioambientais e garantia da consulta prévia, livre e informada a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. De outro, emendas de retrocesso

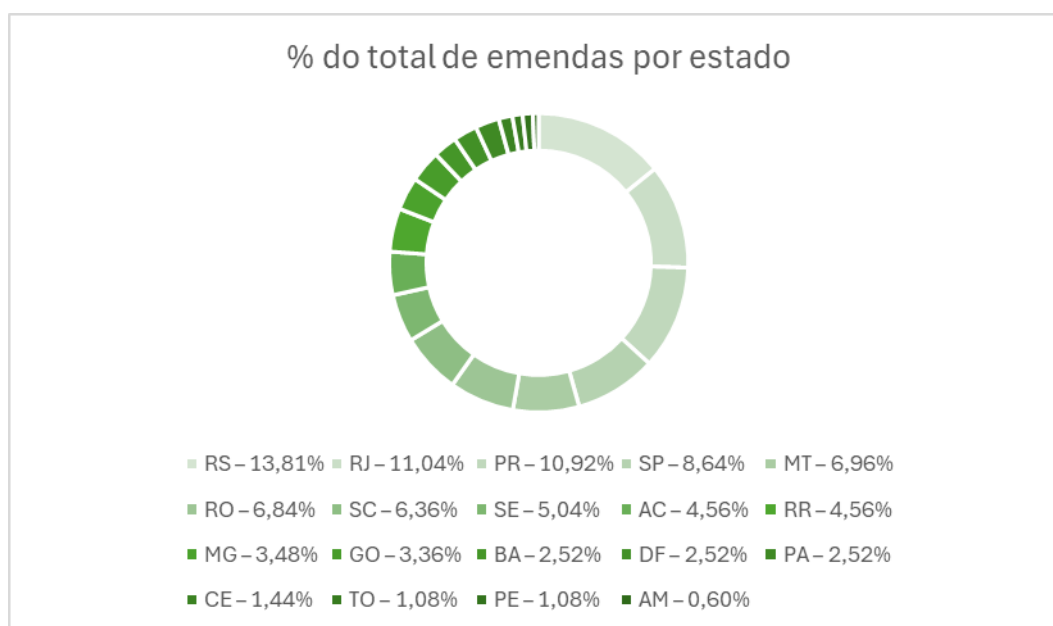
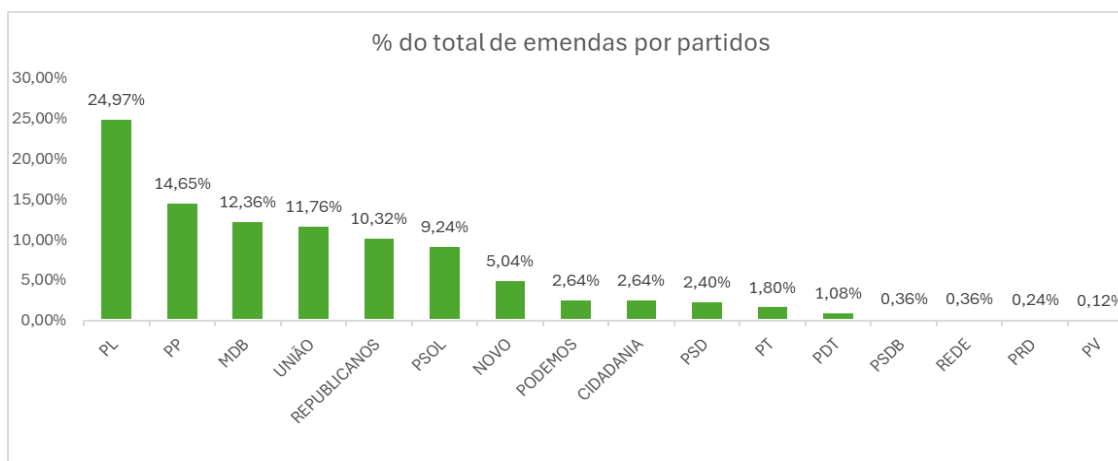
² Ver Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6650, 6808 e 4615.

³ Este mapeamento cobre 833 emendas, com 95 avanços e 670 retrocessos, dos quais 616 retomam dispositivos vetados, além de 31 jabutis.

expandem a LAE para empreendimentos de maior complexidade, criam atalhos procedimentais, reabrem dispositivos vetados e inserem “jabutis” que extrapolam o objeto da MP.

A seguir, apresentamos os gráficos com o panorama geral das 833 emendas apresentadas.

Gráficos 1 e 2 – Total de Emendas por partido e UF



Fonte: [Senado Federal](https://www.senado.gov.br). Acesso em 3 set. 2025.

Os gráficos acima mostram que o partido **PL foi responsável, sozinho, por 25% das emendas apresentadas**. Os estados que mais apresentaram emendas estão na região Sul/Sudeste e totalizaram 44,4% (ou 370) do total de emendas apresentadas.

A seguir, a Tabela 1 apresenta o ranking dos parlamentares que apresentaram emendas.

Tabela 1 - Top 10 parlamentares que mais apresentaram emendas no total

Parlamentar	Quantidade
1. Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	38
2. Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS)	28
3. Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO)	27
4. Dep. Marcel van Hattem (NOVO/RS)	24
5. Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	22
6. Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	21
7. Dep. Sergio Souza (MDB/PR)	20
8. Dep. Padovani (UNIÃO/PR)	20
9. Dep. Lucio Mosquini (MDB/RO)	20
10. Dep. Capitão Alden (PL/BA)	20

Fonte: [Senado Federal](#). Acesso em 3 set. 2025.

A maioria do teor dessas emendas representa retrocessos. **Há preponderância de retrocessos e papel destacado do Senado na tentativa de reabrir vetos.**

Na sequência, apresentamos a análise por **blocos: principais avanços e retrocessos.**

Foram mapeadas **95 emendas (11,4%) que representam avanços**, conforme mostram a Tabelas 2 e 3.

Tabelas 2 e 3 - Avanços por Parlamentar e Temas – MP 1308/2025
PARLAMENTARES

Parlamentar	Emendas
Deputado Federal Bacelar (PV/BA)	25
Deputado Federal Túlio Gadêlha (REDE/PE) (Ver outros)	28; 29; 30
Deputada Federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP)	35; 36; 37; 38; 40; 41; 42; 43; 44
Deputada Federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	84; 87; 88; 94; 110; 111
Deputado Federal Ivan Valente (PSOL/SP)	126; 128; 129; 131; 132
Deputada Federal Talíria Petrone (PSOL/RJ)	188; 189; 190; 191; 192; 193; 194; 195
Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante (PSOL/SP)	226; 228
Deputado Federal Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)	361; 380; 381; 453
Deputado Federal Célio Studart (PSD/CE)	479; 480; 482; 483; 484; 485; 516; 517
Deputada Federal Dandara (PT/MG)	529; 530
Deputado Federal Tarcísio Motta (PSOL/RJ) (Ver outros)	588; 589; 590; 591; 592; 593; 594; 595
Deputado Federal Fred Costa (PRD/MG)	604; 634
Deputado Federal Nilto Tatto (PT/SP)	641; 732
Deputado Federal João Daniel (PT/SE)	655; 656
Deputada Federal Luiza Erundina (PSOL/SP)	676; 677; 678; 679; 680; 681; 750

Deputado Federal Chico Alencar (PSOL/RJ)	705; 706; 707; 708; 709; 710; 718; 719; 720
Deputado Federal Fernando Mineiro (PT/RN)	712
Deputado Federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/RJ)	735; 737; 738; 739; 740; 741; 742; 744
Deputada Federal Duda Salabert (PDT/MG)	746; 748; 771; 772; 773; 774; 775; 776

TEMAS

Emendas/Parlamentar	Teor
25 (Bacelar)	Compensação ambiental
29 (Túlio Gadêlha), 44 (Sâmia Bomfim), 132 (Ivan Valente), 192 (Talíria Petrone), 228 (Prof. Luciene Cavalcante), 482 (Célio Studart), 590 (Tarcísio Motta), 641 (Nilto Tatto), 709 (Chico Alencar), 746 (Duda Salabert), 530 (Dandara)	Extensão do prazo 36 meses – LAE
41 (Sâmia Bomfim), 88 (Fernanda Melchionna), 126 (Ivan Valente), 190, 191, 195 (Talíria Petrone), 483 (Célio Studart), 591, 594 e 595 (Tarcísio Motta), 604 (Fred Costa), 676, 677, 678 e 681 (Luiza Erundina), 706 (Chico Alencar)	Revogação da LAE (suprimir art. 2º da MP)
42 (Sâmia Bomfim), 188 e 189 (Talíria Petrone), 484 (Célio Studart), 380 (Matheus Laiola), 592 (Tarcísio Motta), 679 (Luiza Erundina), 707, 708, 710, 718, 720 (Chico Alencar), 739 (Henrique Vieira)	Afasta LAE para “Empreendimentos estratégicos” (suprimir art. 3º)
94 (Fernanda Melchionna), 110 (Fernanda Melchionna), 111 (Fernanda Melchionna), 128 (Ivan Valente), 129 (Ivan Valente), 480 (Célio Studart), 748 (Duda Salabert), 530 (Dandara)	Prazos da LAE (art. 5º - suprimir/ajustar 12 meses)
36, 38, 40 (Sâmia Bomfim), 84 (Fernanda Melchionna), 193 e 194 (Talíria Petrone), 656 (João Daniel), 705 (Chico Alencar), 719 (Chico Alencar), 742 (Henrique Vieira), 774 (Duda Salabert), 529 (Dandara)	Audiência Pública presencial/híbrida no território
43 (Sâmia Bomfim), 131 (Ivan Valente), 226 (Luciene Cavalcante), 381 (Matheus Laiola), 593 (Tarcísio Motta), 680 (Luiza Erundina), 771, 772 e 773 (Duda Salabert)	Remove “uma única vez” e reforça audiências múltiplas
30 (Túlio Gadêlha), 35 (Sâmia Bomfim), 588 e 589 (Tarcísio Motta), 655 (João Daniel), 744 (Pastor Henrique Vieira), 775 (Duda Salabert), 776 (Duda Salabert)	Consulta prévia (OIT 169) — não se confunde com audiência
28 (Túlio Gadêlha), 37 (Sâmia Bomfim), 87 (Fernanda Melchionna), 361 (Matheus Laiola), 516 e 517 (Célio Studart), 453	Qualidade/Complementações técnica e Termo de Referência

(Matheus Laiola), 485 (Célio Studart), 634 (Fred Costa), 750 (Luiza Erundina)	
530 (Dandara), 712 (Fernando Mineiro), 741 (Pastor Henrique Vieira), 732 (Nilto Tatto)	Rito por tipologia e impacto
740 (Pastor Henrique Vieira)	LAE como ato administrativo, condicionantes e estudos
529 (Dandara)	LAC+RCE para ampliação/pavimentação/saneamento; linhas de transmissão em rodovias
529 (Dandara)	Assessoria técnica independente
479 (Célio Studart), 735, 737, 738 (Pastor Henrique Vieira)	Ritos diferenciados/condicionantes

Fonte: [Senado Federal](#). Acesso em 3 set. 2025.

Os deputados que mais apresentaram emendas positivas foram Sâmia Bomfim (PSOL/SP) e Chico Alencar (PSOL/RJ), com 9 emendas cada. **O PSOL foi responsável por 62 emendas ou 65,3% do total de emendas que representam avanço, sendo um importante aliado na atuação positiva socioambiental.**

As emendas de avanço convergem para restabelecer o rito por tipologia e impacto, com indicação de LP, LI e LO quando couber, exigência de EIA/RIMA quando aplicável e Termo de Referência. Há eliminação do limite de uma única complementação técnica, com cerca de 9 emendas, prazos mais realistas com possibilidade de suspensão e prorrogação motivada, com cerca de 10 emendas, reforço da participação social com audiências no território e em formato híbrido, com cerca de 11 emendas, sem confundir com a consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT, além da inserção do instrumento de participação da assessoria técnica independente. Também se suprimem listas políticas de empreendimentos estratégicos, com cerca de 13 emendas, vinculando prioridades a critérios técnico-ambientais e transparência.

Quanto à LAE (Licença Ambiental Especial), há cerca de 17 emendas pela revogação do art. 2º. Quando mantida, deve funcionar como ato administrativo com estudos proporcionais e condicionantes robustas, nunca como atalho que substitua o rito adequado por tipologia e impacto. Ritos diferenciados e LAC com RCE aparecem apenas para situações específicas e de baixo impacto.

Foram mapeadas cerca de **670 emendas que representam retrocessos, sendo 616 deles a retomada de dispositivos vetados e 31 jabutis**, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Retrocessos por Parlamentar – MP 1308/2025

Parlamentar	Emendas
Deputado Federal Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	1; 600; 601
Deputado Federal Pedro Uczai (PT/SC)	2
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 18
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	19
Deputado Federal Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)	20; 21; 22; 23; 24; 505; 506; 507; 508; 509; 510; 511; 512; 513; 514
Deputada Federal Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	26

Deputado Federal Sidney Leite (PSD/AM)	31
Deputado Federal Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG)	32; 33; 34
Deputado Federal Cezinha de Madureira (PSD/SP)	39
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 135; 136; 137; 145
Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS)	69; 134; 138; 139; 141; 142; 143
Deputado Federal Capitão Alden (PL/BA)	70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 98; 100; 106; 107; 108; 109
Deputado Federal Pedro Lupion (PP/PR)	85; 86; 89; 90; 91; 92; 93; 95; 96; 97; 99; 101; 102; 103; 104; 105; 112; 116; 117
Deputado Federal Tião Medeiros (PP/PR)	118; 123; 133; 140; 197; 219; 220; 229; 230; 233; 234; 235; 236; 237; 238; 239; 272; 273
Deputado Federal Vicentinho Júnior (PP/TO)	144; 165; 166; 167; 168
Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164
Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)	169; 170; 171; 172; 173; 174; 175; 177; 178; 180; 181; 187
Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC)	198; 199; 200; 201; 202
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	203; 204; 205; 206; 207; 208; 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 221; 222; 223; 224
Deputado Federal Zé Adriano (PP/AC)	225; 257; 333; 472; 473; 474; 475; 476; 477; 478; 496; 497; 498; 499; 500; 501; 502; 503; 504
Deputado Federal Fernando Monteiro (REPUBLICANOS/PE)	231
Deputada Federal Marussa Boldrin (MDB/GO)	232; 258; 259; 260; 261; 262; 263; 264; 265; 266; 274; 275; 291; 308; 309; 310; 311; 312; 313; 317; 338; 339; 359; 360; 543; 544; 545
Deputado Federal Pezenti (MDB/SC)	240; 267
Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	241; 242; 252
Deputado Federal Icaro de Valmir (PL/SE)	243; 244; 245; 246; 253; 254; 255; 256; 268; 269; 270; 271; 283; 284; 285; 286; 287; 289; 290
Deputado Federal Josivaldo Jp (PSD/MA)	247; 248; 249; 250; 251; 293
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	276; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 318; 319; 320; 321
Deputado Federal Cobalchini (MDB/SC)	302; 303; 304; 305; 306; 307; 314; 315; 316; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 334
Deputado Federal Alberto Fraga (PL/DF)	331; 332
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	340; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; 353; 354; 355; 356; 357; 358
Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	363; 364; 365; 531; 532; 533; 534; 535; 536; 537; 538; 539; 540; 541; 542; 560; 561; 562; 563; 564; 565; 566
Senador Fernando Farias (MDB/AL)	366
Deputado Federal Sanderson (PL/RS)	367; 368; 397; 404; 413; 448; 449; 450; 451
Deputado Federal Lucio Mosquini (MDB/RO)	369; 370; 371; 372; 373; 374; 375; 376; 377; 378; 388; 389; 390; 391; 392; 393; 394; 395; 396; 436
Deputado Federal Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)	379
Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)	383; 384; 385; 386; 387; 398; 399; 400; 401; 402; 403; 405; 406; 408; 409; 410; 411; 412
Deputada Federal Coronel Fernanda (PL/MT)	407; 456; 457; 458; 459; 463; 464; 465; 466; 467; 468; 469; 520; 521; 522; 546; 547; 558; 559
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	414; 415; 416; 417; 418; 419; 420; 421; 422; 423; 424; 425; 426; 427; 428; 429; 432; 433; 434

Deputado Federal Fausto Pinato (PP/SP)	430; 431
Deputado Federal Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	435; 454; 455; 460; 461; 462; 487; 488; 489; 490; 491; 492; 549; 550; 551; 552; 553; 554; 555; 556; 557
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	437; 438; 439; 440; 441
Deputado Federal Dilceu Sperafico (PP/PR)	442; 470; 471; 493; 494; 495; 548
Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	443; 444; 445; 446; 447
Senador Marcelo Castro (MDB/PI)	452
Deputado Federal Zé Vitor (PL/MG)	523; 524; 525; 528
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	575; 777; 778; 779; 780; 781; 782; 783; 784; 785; 786; 787; 788; 789; 790; 791; 792; 793; 796; 797; 798; 799; 800; 801
Deputado Federal Padovani (UNIÃO/PR)	580; 626; 627; 628; 629; 630; 631; 632; 633; 636; 637; 638; 639; 640; 653; 654; 714; 715; 716; 717
Deputado Federal Coronel Chrisóstomo (PL/RO)	581; 582; 583; 584; 585; 586
Deputado Federal Zé Trovão (PL/SC)	587; 642
Deputado Federal Juarez Costa (MDB/MT)	596; 597; 598; 599
Deputado Federal Coronel Meira (PL/PE)	605; 606; 607; 608; 609
Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ)	610; 611; 612; 613; 614; 615; 616; 617; 618; 619; 620; 621; 622; 623; 624; 625
Deputado Federal Marcel van Hattem (NOVO/RS)	643; 644; 645; 646; 647; 648; 649; 650; 651; 652; 691; 692; 695; 696; 697; 698; 699; 700; 701; 702; 703; 704
Deputado Federal Luiz Lima (NOVO/RJ)	657; 658; 659; 660; 661; 662; 663; 664; 665; 666; 667; 668; 669; 670; 671; 672; 673; 674
Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	683; 684; 685; 686; 687; 688; 689; 690; 721; 722; 723; 724; 725; 726; 727; 728; 729; 730; 731
Deputado Federal Fernando Mineiro (PT/RN)	713
Deputado Federal Messias Donato (REPUBLICANOS/ES)	734
Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS)	749; 753; 754; 755; 756; 757; 758; 759; 760; 761; 762; 763; 764; 765; 766; 767; 768; 769; 770
Deputado Federal Daniel Agrobom (PL/GO)	802
Deputada Federal Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)	803; 804; 805; 806; 807; 808; 809; 810; 811; 812; 813; 814
Senador Jorge Seif (PL/SC)	815; 816; 817; 818; 819; 820; 821; 822; 823; 824; 825; 826; 827; 828; 829; 830; 831; 832; 833

Fonte: [Senado Federal](#). Acesso em 3 set. 2025.

Dos parlamentares que mais apresentaram emendas de retrocesso destaca-se o Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS), com 28 emendas. **Papel de destaque no Senado no anseio de derrubar os vetos. E o partido que mais apresentou retrocessos foi o PL, com 204 emendas, ou seja, 30,4% do total dos retrocessos mapeados, e na sequência o PP, com 122 emendas (18,2%).**

Em especial, a Tabela 5 apresenta as **616 emendas que retomam temas já vetados** na Lei Geral.

Tabela 5 - Emendas que retomam temas vetados – MP 1308/2025

Parlamentar	Emendas (temas vetados)
Deputada Federal Caroline de Toni (PL/SC)	443; 444; 445; 446; 447
Deputada Federal Coronel Fernanda (PL/MT)	407; 456; 457; 458; 459; 463; 464; 465; 466; 467; 468; 469; 520; 521; 522; 546; 547; 558; 559

Deputada Federal Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)	803; 804; 805; 806; 807; 808; 809; 810; 811; 812; 813; 814
Deputada Federal Daniela Reinehr (PL/SC)	198; 199; 200; 201; 202
Deputada Federal Marussa Boldrin (MDB/GO)	258; 259; 260; 261; 263; 264; 265; 266; 274; 291; 308; 309; 310; 311; 312; 313; 317; 338; 359; 360; 543; 544; 545
Deputado Federal Alberto Fraga (PL/DF)	331; 332
Deputado Federal Alceu Moreira (MDB/RS)	69; 134; 138; 139; 141; 142; 143
Deputado Federal Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)	363; 364; 365; 531; 532; 533; 534; 535; 536; 537; 538; 539; 540; 541; 542; 560; 561; 562; 563; 564; 565; 566
Deputado Federal Capitão Alden (PL/BA)	70; 71; 72; 73; 74; 75; 76; 77; 78; 79; 80; 81; 82; 83; 98; 100; 106; 107; 108; 109
Deputado Federal Carlos Jordy (PL/RJ)	610; 611; 612; 613; 614; 615; 616; 617; 618; 619; 620; 621; 622; 623; 624; 625
Deputado Federal Cobalchini (MDB/SC)	302; 303; 304; 305; 306; 307; 314; 315; 316; 322; 323; 324; 325; 326; 327; 328; 329; 330; 334
Deputado Federal Coronel Chrisóstomo (PL/RO)	581; 582; 583; 584; 585; 586
Deputado Federal Coronel Meira (PL/PE)	605; 606; 607; 608; 609
Deputado Federal Covatti Filho (PP/RS)	749; 753; 754; 755; 756; 757; 758; 759; 760; 761; 762; 763; 764; 765; 766; 767; 768; 769; 770
Deputado Federal Daniel Agrobom (PL/GO)	802
Deputado Federal Dilceu Sperafico (PP/PR)	442; 470; 471; 493; 494; 495; 548
Deputado Federal Evair Vieira de Melo (PP/ES)	437; 438; 439; 440; 441
Deputado Federal Fernando Mineiro (PT/RN)	713
Deputado Federal Icaro de Valmir (PL/SE)	243; 244; 245; 246; 253; 254; 255; 256; 268; 269; 270; 271; 283; 284; 285; 286; 287; 289; 290
Deputado Federal Josivaldo Jp (PSD/MA)	247; 248; 249; 250; 251; 293
Deputado Federal José Medeiros (PL/MT)	6
Deputado Federal Juarez Costa (MDB/MT)	596; 597; 598; 599
Deputado Federal Kim Kataguiri (UNIÃO/SP)	20; 21; 22; 23; 505; 506; 507; 508; 509; 510; 511; 512; 513; 514
Deputado Federal Lucio Mosquini (MDB/RO)	369; 370; 371; 372; 373; 374; 375; 376; 377; 378; 388; 389; 390; 391; 392; 393; 394; 395; 396
Deputado Federal Luiz Lima (NOVO/RJ)	657; 658; 659; 660; 661; 662; 663; 664; 665; 666; 667; 668; 669; 670; 671; 672; 673; 674
Deputado Federal Marcel van Hattem (NOVO/RS)	643; 644; 645; 646; 647; 648; 649; 650; 651; 652; 691; 695; 698; 699; 700; 701; 702; 703; 704
Deputado Federal Padovani (UNIÃO/PR)	580; 626; 627; 628; 629; 630; 631; 632; 633; 636; 637; 638; 639; 640; 653; 654; 714; 715; 716; 717
Deputado Federal Pedro Lupion (PP/PR)	85; 86; 89; 90; 91; 92; 93; 95; 96; 97; 99; 101; 102; 103; 104; 105; 112; 116; 117
Deputado Federal Pezenti (MDB/SC)	240; 267
Deputado Federal Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	1
Deputado Federal Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	454; 455; 461; 462; 487; 488; 489; 490; 491; 492; 549; 550; 551; 552; 553; 554; 555; 556; 557
Deputado Federal Sanderson (PL/RS)	367; 368; 397; 404; 413; 448; 449; 450; 451
Deputado Federal Sergio Souza (MDB/PR)	169; 170; 171; 172; 173; 175; 177; 178; 180; 181; 183; 187
Deputado Federal Tião Medeiros (PP/PR)	118; 123; 133; 140; 197; 219; 220; 229; 230; 233; 234; 235; 236; 237; 238; 239; 272; 273
Deputado Federal Vicentinho Júnior (PP/TO)	144; 165; 166; 167; 168
Deputado Federal Zé Adriano (PP/AC)	225; 257; 333; 472; 473; 474; 475; 476; 477; 478; 496; 497; 498; 499; 500; 501; 502; 503; 504

Deputado Federal Zé Vitor (PL/MG)	523; 524; 525
Senador Flávio Bolsonaro (PL/RJ)	146; 147; 148; 149; 150; 151; 152; 153; 154; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 164
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)	414; 415; 416; 417; 418; 419; 420; 421; 422; 423; 424; 425; 426; 427; 428; 429; 432; 433; 434
Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)	683; 684; 685; 686; 687; 688; 689; 690; 721; 722; 723; 724; 725; 726; 727; 728; 729; 730; 731
Senador Jorge Seif (PL/SC)	815; 816; 817; 818; 819; 820; 821; 822; 823; 824; 825; 826; 827; 828; 829; 830; 831; 832; 833
Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS)	46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 135
Senador Marcio Bittar (UNIÃO/AC)	383; 384; 385; 386; 387; 398; 399; 400; 401; 402; 403; 405; 406; 408; 409; 410; 411; 412
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	777; 778; 779; 780; 781; 782; 783; 784; 785; 786; 787; 788; 789; 790; 791; 792; 793; 800; 801
Senador Plínio Valério (PSDB/AM)	241; 242; 252
Senador Wellington Fagundes (PL/MT)	340; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 350; 351; 352; 353; 354; 355; 356; 357; 358
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)	203; 204; 205; 206; 208; 209; 210; 211; 212; 213; 214; 215; 216; 217; 218; 221; 222; 223; 224
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)	276; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 294; 295; 296; 297; 298; 299; 300; 301; 318; 319; 320; 321

Fonte: [Senado Federal](#). Acesso em 3 set. 2025.

Nota 1: os vetos classificados por teor estão disponíveis [aqui](#).

Os retrocessos abrem atalhos que fragilizam a proteção ambiental. Em massa, esvaziam a participação e a análise técnica (pareceres não vinculantes, janelas mínimas de manifestação e prazos abreviados), expandem LAC/dispensas e afrouxam a LAE (incluindo formatos monofásicos e limite de complementações), além de reativar dispositivos vetados e reabrir brechas na Mata Atlântica e em condicionantes. **No conjunto mapeado, 616 emendas retomam dispositivos vetados. Entre eles, destacam-se: 184 tratam de LAC/dispensas; 296 enfraquecem autoridades/participação; 83 pioram a LAE; e 32 afetam a Mata Atlântica por meio de contagens não cumulativas.**

Ao final, pode-se concluir que as referidas 616 emendas ampliam sobremaneira o objeto original da Medida Provisória nº 1.308/2025, focado exclusivamente na criação da Licença Ambiental Especial (LAE), e representam a reinserção dos principais retrocessos ambientais vetados pela Presidência da República.

Entre os parlamentares que mais apresentaram retrocessos, destacam-se: Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO), 27 emendas; Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS), 28; Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP), 22; Dep. Padovani (UNIÃO/PR), 20; e Dep. Capitão Alden (PL/BA), 20.

A Tabela 6 apresenta o detalhamento temático dos “jabutis” mapeados (dispositivos fora do escopo da MP/LAE).

Tabela 6 - Retrocessos (Jabutis) – MP 1308/2025

Parlamentar	Emenda	Tema
Dep. Pedro Uczai (PT/SC)	2	Energia solar
Dep. José Medeiros (PL/MT)	3; 4	Lei de Crimes Ambientais
Dep. José Medeiros (PL/MT)	9; 12	Reserva Legal - Código Florestal
Dep. José Medeiros (PL/MT)	10	Altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima
Dep. José Medeiros (PL/MT)	11	Altera a Lei dos Crimes Ambientais
Dep. José Medeiros (PL/MT)	13	Lei da Reforma Agrária
Dep. José Medeiros (PL/MT)	14	Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC
Dep. José Medeiros (PL/MT)	15	Alíquotas de álcool combustível
Dep. José Medeiros (PL/MT)	16	Infraestrutura em UCs
Dep. José Medeiros (PL/MT)	17	Lei dos Direitos do Usuário dos Serviços Públicos
Dep. José Medeiros (PL/MT)	18	Lei Complementar nº 140 - Marinha e Zonas Costeiras
Dep. Dani Cunha (UNIÃO/RJ)	26	Lei Geral de Antenas
Dep. Hildo Rocha (MDB/MA)	27	Transferência internacional - créditos de carbono
Dep. Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG)	32	Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997
Dep. Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG)	33	Altera a Lei da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens
Dep. Rodrigo de Castro	34	Política Nacional de Recursos Hídricos
Dep. Cezinha Madureira (PSD/SP)	39	Altera a Lei Geral de Antenas
Sen. Luis Carlos Heinze (PP/RS)	45	Lei nº 10.848/2004 - comercialização de energia elétrica
Dep. Marussa Boldrin (MDB/GO)	262	Licenciamento para pavimentação
Sen. Fernando Farias (MDB/AL)	366	Licenciamento de instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil
Dep. Fausto Pinato (PP/SP)	431	Licenciamento de instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil
Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	435	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)
Sen. Marcelo Castro (MDB/PI)	452	Licenciamento de instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil
Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)	460	AFRMM/BR do Mar (navegação/cabotagem)
Dep. Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	600	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)
Dep. Ricardo Ayres (REPUBLICANOS/TO)	601	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)
Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	797	Licenciamento para pavimentação
Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	798	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)
Sen. Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	799	Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

Fonte: [Senado Federal](https://www.senado.gov.br). Acesso em 3 set. 2025.

Foram mapeados 31 “jabutis puros”, sem aderência ao escopo da MP/LAE. Os dispositivos deslocam o debate para temas tributários e setoriais (AFRMM/cabotagem), regulação financeira (BC), obras de pavimentação e alterações de marcos legais diversos (PNMC, Lei de Crimes Ambientais, Reserva Legal, UCs, energia/álcool combustível,

transferência internacional), entre outros temas sem pertinência temática com licenciamento especial.

Recomendações

Diante desse quadro, o **Observatório do Clima recomenda a rejeição integral da MP nº 1.308/2025 ou, subsidiariamente, a aprovação de substitutivo que restabeleça coerência técnica, segurança jurídica e controle social.** De todo modo, **priorizamos o apoio às emendas de avanço e a articulação de supressões dos retrocessos.** Recomenda-se restabelecer o rito trifásico (LP/LI/LO) para empreendimentos de significativo impacto, com EIA/RIMA quando cabível, vedando a LAE monofásica nesses casos; fixar prazo de análise de até 36 meses, com suspensão para complementações e possibilidade de prorrogação por igual período mediante justificativa técnica; assegurar prazos mínimos para manifestação de órgãos e instâncias de controle; suprimir listas políticas de “empreendimentos estratégicos”, condicionando qualquer priorização a critérios técnico-ambientais transparentes e impessoais; garantir participação social efetiva e consulta prévia, livre e informada a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, sem confusão com audiência pública; reforçar salvaguardas para Unidades de Conservação, Mata Atlântica e territórios tradicionais, vedando retrocessos e reaberturas de marcos legais consolidados; excluir “jabutis” e suprimir tentativas de reintrodução de dispositivos previamente vetados por inconstitucionalidade ou grave risco socioambiental. **Reforçamos, junto à Comissão Mista e às lideranças partidárias, a urgência de compatibilizar prazos e ritos à complexidade dos empreendimentos, assegurando análise técnica qualificada, transparência e controle social efetivo.**